

Observatório pede acesso a documentos do Pronto Cardio

Instituição busca na Justiça o direito de verificar se existem irregularidades nos contratos e aditivos

O Observatório Social de São Caetano busca na Justiça acesso aos documentos relativos ao Pronto Cardio, equipamento de saúde entregue nos últimos dias da gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), mas que não está em funcionamento. Relatório produzido pelo atual governo, comandado por Tite Campanella (PL), levanta dúvidas sobre a viabilidade e a legalidade do espaço. A instituição sem

fins lucrativos deu entrada em uma ação de produção antecipada de provas, para 'que possam esclarecer eventuais irregularidades nas obras, antes que (os dados) sejam alterados ou omitidos'. O presidente do Observatório, Renato Alisson de Souza, afirma que a entidade questiona obras realizadas no fim do mandato de Auricchio e, se for o caso, vai ajuizar processo de improbidade administrativa. **Política 3**

Observatório Social vai à Justiça por documentos do Pronto Cardio

Organização pede acesso a contratos, aditivos, relatórios de execução e demais papéis administrativos 'antes que sejam alterados'

ANGELICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

O Observatório Social de São Caetano, instituição não governamental sem fins lucrativos, entrou com ação de produção antecipada de provas, com o objetivo de garantir o acesso a documentos e informações que possam esclarecer eventuais irregularidades nas obras do Pronto Cardio, antes que sejam alterados ou omitidos. A organização afirma que na possibilidade de se entrar no a Justiça com eventual processo de improbidade administrativa é necessário ter uma ação robusta no que diz respeito a provas.

O equipamento foi inaugurado em 14 de dezembro do ano passado, pelo então prefeito José Auricchio Júnior (PSD), sob a prerrogativa de ser um marco para a saúde da cidade. Entretanto, permanece fechado e relatório produzi-



PRONTO CARDIO. Relatório aponta inviabilidade e inconsistências no projeto do equipamento

do pelo governo do atual prefeito, Tite Campanella (PL), levanta dúvidas sobre a viabilidade e a legalidade do espaço.

O presidente do Observatório, Renato Alisson de Souza,

afirmou que a ação impetrada pela organização difere da do vereador de São Caetano, Getúlio de Carvalho Filho, o Getulinho (União Brasil). O parlamentar pede a nulidade da

inauguração do Pronto Cardio e a proibição da fixação da placa comemorativa com os nomes dos gestores à época.

Segundo Souza, o Observatório questiona obras realiza-

das no fim da gestão Auricchio antes do processo impetrado por Getúlio Filho.

"Na nossa ação de produção antecipada de provas tem requerimento, via acesso à Lei de Acesso à Informação, em que questionamos a justificativa para os aditivos contratuais, se o cronograma foi cumprido, se não era necessário reavaliar o contrato. A Prefeitura, ao invés de responder, fez documento padrão (informando) que as nossas perguntas não eram via acesso à Lei de Acesso à Informação, mas sim de consultas, quando na realidade estávamos questionando dados que deveriam constar no processo, para que tivesse lisura", afirmou.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Após a negativa da Prefeitura em responder, o Observatório levou os questionamentos ao MP-SP (Ministério Público) e em algumas obras deram

prosseguimento à investigação e em outras não. Segundo Souza, a do Pronto Cardio é uma das que foram arquivadas. O Observatório chegou a recorrer em instância superior do MP, mas sem êxito. Com isso, o único caminho que a entidade tinha para buscar a documentação seria o Judiciário.

"Quando o vereador ingressou com a ação (contra o Pronto Cardio), o relatório da Prefeitura foi disponibilizado e, com isso, entendemos que não apenas a inauguração deveria ser investigada. Teríamos de buscar provas completas em razão dos indícios apontados. Aí surgiu a ideia de ingressar com essa ação (de produção antecipada de provas), que está prevista no Código de Processo Civil, visando obter toda a documentação para, se for o caso de ajuizar um processo de improbidade administrativa, ser uma ação robusta no que diz respeito a provas", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3